

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FUNDEP**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FUNDEP** é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, e tem como objetivos:

I - apoiar o desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino, e extensão, bem como o desenvolvimento institucional da Universidade Federal de Minas Gerais, mediante assessoramento à elaboração de projetos e administração dos recursos obtidos;

II - gerenciar as atividades necessárias ao bom desempenho dos hospitais universitários;

III - zelar para que os convênios, contratos, ajustes e acordos assumidos pela Fundação atendam aos objetivos dos proponentes e contratantes;

IV - fomentar a pesquisa, o ensino e a extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, mediante concessão de auxílios a projetos e de bolsas, quando pertinentes;

V - cooperar com outras instituições da sociedade, na área específica de sua competência.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638, alterada pela Medida Provisória – MP n.º 449, de 4 de dezembro de 2008, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essa Lei e a referida MP tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”. A aplicação das referidas Lei e MP é obrigatória para demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

As informações contidas na Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC são úteis para proporcionar aos agentes externos e usuários das demonstrações financeiras da **Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa** uma base para avaliar a sua capacidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.

Ressalta-se que Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

b) As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos respectivos balanços;

c) Os depósitos judiciais estão demonstrados por seus valores atualizados até a data do balanço;

d) Os investimentos constituídos por imóveis de renda estão demonstrados ao custo corrigido até 31.12.95, acrescidos da reavaliação espontânea efetuada em fevereiro de 2000 e deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear à taxa de 4 % ao ano.

e) O imobilizado foi reestruturado para atender às determinações contidas na Lei n.º 11.638/07 e MP n.º 449/08, em ambos os exercícios, para que se permita uma análise comparativa, e está demonstrado ao custo corrigido até 31.12.95, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear à taxa de 10% ao ano, exceto para veículos, computadores e periféricos, os quais são depreciados à taxa de 20% ao ano, e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros depreciados à taxa de 4% ao ano. Como não foi efetuada uma avaliação criteriosa de estimativa da vida útil de cada item que compõe este subgrupo optou-se por manter as taxas fiscais praticadas e anteriores à nova legislação.

f) O Diferido deixa de existir, pois foi reclassificado para o Intangível e este se encontra devidamente estruturado para atender às determinações contidas na Lei n.º 11.638/07 e MP n.º 449/08, em ambos os exercícios, para que se permita uma análise comparativa, e está demonstrado ao custo, sendo suas respectivas amortizações acumuladas calculadas pelo método linear às taxas de 20% ao ano para grande parte dos Direito de Uso de Software e os Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento.

3. DESPESAS ANTECIPADAS

Descrição	31.12.2008	31.12.2007
Despesas Antecipadas no Curto Prazo		
Prêmio de Seguros a Apropriar	10.668	11.498
Antecipação Aluguel Unidade II	294.276	294.276
Juros a Apropriar Financiamento Lotes	-0-	-0-
Outras Despesas Antecipadas	-0-	-0-
Subtotal.....	<u>304.944</u>	<u>305.774</u>
Despesas Antecipadas no Longo Prazo		
Antecipação Aluguel Unidade II	569.654	863.930
Juros a Apropriar Financiamento Lotes	-0-	-0-
Subtotal.....	<u>569.654</u>	<u>863.930</u>
Total.....	<u>874.598</u>	<u>1.169.704</u>

4. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

No exercício findo em 31/12/2008 apresenta o saldo das aplicações financeiras a longo prazo no montante de R\$ 54.288.710, tanto para a Fundep quanto para os Projetos, tendo como respaldo a análise criteriosa promovida nos extratos mensais de cada aplicação em função da natureza e da sua liquidez.

5. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Refere-se à participação nas quotas do Capital Subscrito e Integralizado da Cooperativa de Crédito NOSSACOOP, acrescida de R\$ 1.685 decorrentes da integralização de sobras líquidas, que perfazem um total de R\$ 15.948 para o exercício findo em 31/12/2008.

6. IMÓVEIS DE ALUGUEL

Descrição	31.12.2008	31.12.2007
• Custo 6º e 8º andares Edifício Walmap	59.512	59.512
Reavaliação	<u>559.355</u>	<u>559.355</u>
Total Custo 6º e 8º Andares Edifício Walmap	618.867	618.867
Total Custo Imóvel de Aluguel	618.867	618.867
Depreciação Acumulada do 6º e 8º andares Edifício Walmap	<u>(222.661)</u>	<u>(197.921)</u>
TOTAL	396.206	420.946

7. INTANGÍVEL

Com o advento da Lei nº 11.638/07 e alterada pela Medida Provisória nº 449/08 foi criado o Intangível que substituiu o Diferido, sendo que as contas contábeis constantes do extinto subgrupo do Ativo, em exercícios anteriores, foram reclassificadas e estruturadas para que se permita uma análise comparativa.

Descrição	31.12.2008	31.12.2007
Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento		
Desenvolvimento Software Financiar	244.685	244.685
Amortização Acumulada	<u>(136.429)</u>	<u>(87.492)</u>
Subtotal.....	108.256	157.193
Marcas, Direitos e Patentes	960	960
Subtotal.....	<u>960</u>	<u>960</u>
Direito Uso Software		
Direito Uso Software	554.107	465.575
Amortização Acumulada	<u>(388.513)</u>	<u>(328.586)</u>
Subtotal.....	165.594	136.989
TOTAL	<u>274.811</u>	<u>295.142</u>

8. PROJETOS E CURSOS

Apresenta o saldo líquido no confronto entre os recursos fornecidos pelas entidades conveniadas com os recursos aplicados nas respectivas execuções. A provisão para passivos trabalhistas, constituída com recursos dos próprios projetos, tem por objetivo suportar eventuais desembolsos referentes aos encargos, bem como, eventuais reclamações trabalhistas de pessoal contratado sob o regime CLT, para trabalhar nos projetos administrados pela Entidade.

Descrição	31.12.2008	31.12.2007
Projetos e Cursos em Curto Prazo		
Projetos e Cursos	202.351.556	164.906.801
Provisão para Passivo Trabalhista	<u>14.810.831</u>	<u>13.068.124</u>
Subtotal.....	217.162.387	177.974.925
Projetos e Cursos em Longo Prazo		
Projetos e Cursos	<u>49.327.228</u>	<u>43.257.374</u>
Subtotal.....	49.327.228	43.257.374
TOTAL	266.489.615	221.232.299

9. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS FISCAIS

Proveniente do reconhecimento das obrigações por autuações fiscais do INSS pendentes de decisão final, cujos valores encontram-se depositados em juízo (R\$ 3.067.188), bem como de provisões constituídas em exercícios anteriores, para fazer face a eventuais perdas com processos judiciais (R\$ 6.478.291).

De forma reflexiva, existem Autos de Infração relativos à cobrança do FGTS na quantia aproximada de R\$ 3.878.817 com posição em 31/12/2008, que estão sendo questionados judicialmente pelos Assessores Jurídicos da Entidade.

Existe contra a entidade, ação movida pelo SINTAPPI, decorrente do não cumprimento de Convenção Coletiva de Trabalho, cujos valores estimados pelo Jurídico, importam em R\$ 8.000.000. Apesar de haver obtido êxito em decisões do TST, aquele tribunal modificou o entendimento sobre a matéria, revogando o Enunciado No. 210. Em 2006 o SINTAPPI moveu ação contra a entidade, em relação ao adicional de insalubridade, no montante definido pelo Jurídico de R\$ 1.500.000.

Em novembro de 2004, a instituição através do Termo de Constatação e Notificação Fiscal da Secretaria da Receita Federal, recebeu autos de cobrança do IRPJ, CSLL e COFINS estimados em R\$ 29.515.113. A instituição está em processo de defesa da cobrança, e em reposta às considerações e explicações formuladas, a Secretaria da Receita Federal acatou parcialmente as contestações, em conformidade com os Acórdãos DRJ nºs. 15966/07 e 15967/07 datados de 09/10/2007, reduzindo o valor consolidado da notificação para a quantia aproximada de R\$ 18.266.695.

Em relação ao Auto de Infração do Ministério da Previdência Social NFLD n.º 356120058 recebido em Novembro 2005, estimado em 31/12/2008 na ordem de R\$ 2.832.518, a entidade recorreu junto ao Conselho de Contribuintes pelo depósito de 30% do valor do débito.

10. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

No exercício de 2000 a Administração da Fundação, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, optou pelo pagamento de seus débitos junto ao INSS através do Programa de Recuperação Fiscal - **REFIS**, que em 31 de dezembro de 2008 apresentava um saldo a pagar de R\$ 46.109 mil (2007 – R\$ 44.579 mil).

Atendendo a uma orientação estabelecida por sua Auditoria Interna, corroborada com as recomendações da Auditoria Externa contratada para análise do exercício findo em 31/12/2008, a Fundação efetivou neste exercício o registro, em contas de compensação nos grupos Ativo e Passivo, do saldo devedor deste parcelamento firmado junto a Secretaria da Receita Federal.

Cabe ressaltar que tais contas constituem um sistema que registra operações não modificadoras do patrimônio, razão pela qual são também denominadas “contas extrapatrimoniais” e se posicionam em separado, no Balanço, logo após a totalização do Ativo e do Passivo.

11. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

No exercício findo em 31/12/2008 apropriamos para esse grupo a quantia de R\$ 49.327.228, tendo como base os efeitos contidos na **Nota nº 4**, que são decorrentes da segregação da expectativa de realização das obrigações dos projetos, em conformidade com os seus prazos de duração bem como aos prazos de resgate daquelas aplicações financeiras.

12. PATRIMÔNIO SOCIAL

Constituído pelo Fundo Patrimonial que é decorrente das dotações iniciais, acrescidas de doações eventuais, dos superávits e/ou déficits dos exercícios, bem como do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico (30% do superávit do exercício), Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Institucional (40% do superávit), e de eventuais ajustes de exercícios anteriores.

Em decorrência da alienação dos terrenos no bairro Santo Agostinho, devidamente autorizada pelo Ministério Público Estadual, o ganho auferido foi constituído o “Fundo de Desenvolvimento da Fundep” no montante de R\$ 9.105.594 (Nove milhões, cento e cinco mil, quinhentos e noventa e quatro reais), em conformidade com o estabelecido na resolução da Promotoria de Tutela das Fundações de nº. PTFBH 003/07 datada de 28 de março de 2007.

Já no exercício de 2008 a Fundação iniciou negociações com instituições financeiras, devidamente autorizadas pelo seu Conselho Curador, e dentre as propostas apresentadas, firmou um contrato com o Banco Santander S/A, datado de 19 de fevereiro de 2008, originando o “Convênio para Apoio Acadêmico e Outras Avenças” com aporte de R\$ 6.000.000,00 (Seis Milhões de Reais), e com este recurso sendo constituído o FFADI – Fundo Fundep de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, em conformidade com a resolução nº 001/2008 do Conselho Curador da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa, datada de 12/08/2008, e corroborada pelo Ofício n.º 690/08 da Promotoria de Tutela das Fundações, datado de 11/12/2008.

As modificações ocorridas no Patrimônio Social encontram-se devidamente evidenciadas na “Demonstração das Mutações do Patrimônio Social”.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2008.

Márcio Ziviani
Diretor Executivo

Admir Ribeiro
Superintendente CRA – 1340/6

MRW Contadoria e Consultoria Empresarial Ltda.
CRC MG No. 05783 – CNPJ/MF 86.922.127/0001-83
Walter Parreiras de Araújo
CRC MG No. 42.378